



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS -
<http://www.tre-ms.jus.br>

PROCESSO : 0003219-74.2019.6.12.8000

INTERESSADO : SEÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

ASSUNTO :

Decisão nº 4 / 2020 - TRE/PREGOEIRO

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de apoio administrativo na área de operação de sistemas de sonorização e comunicação audiovisual.

DA SESSÃO PÚBLICA

A sessão pública, marcada inicialmente para o dia 18/03/2020, realizada no sítio do Comprasnet foi conduzida pela Pregoeira Erika Murackami Duarte da Rosa, tendo sido habilitada a empresa BOSSA TURISMO, EVENTOS E COMUNICACAO CORPORATIVA EIRELI, conforme registrado na ata da sessão pública e Resultado por Fornecedor.

Concluída a fase de habilitação e após aberto o prazo, houve interposição de intenção de recurso pela empresa FACHINELI COMUNICACAO LTDA .

Verificada a existência de todos os pressupostos recursais, quais sejam: sucumbência, legitimidade, tempestividade, motivo e interesse de agir, esta pregoeira abriu os prazos para apresentação de razões/contrarrazões de recurso.

DAS RAZÕES DO RECURSO

Nas razões do recurso a empresa FACHINELI COMUNICACAO LTDA alega:

“Manifestamos intenção de Recurso contra empresa BOSSA TURISMO, EVENTOS E COMUNICACAO CORPORATIVA EIRELI CNPJ: 03.421.335/0001-71, pois o Objeto do Pregão 9/2020, não é compatível ao serviços prestados da empresa, conforme CNAE (CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL e SECUNDÁRIO) em seu CNPJ.”

DAS CONTRARRAZÕES DO RECURSO

Em Contrarrazões ao recurso interposto, a empresa BOSSA TURISMO, EVENTOS E COMUNICACAO CORPORATIVA EIRELI solicita o indeferimento por inexistência de relevância nas alegações formuladas, uma vez que possui capacidade para a

realização dos serviços e que juntou atestados de capacidade técnica na fase habilitatória.

Além disso, alega que as razões do recurso não possuem fundamento lógico, jurídico e/ou técnico, que a suposta ausência de aderência ao objeto social da empresa não é um obstáculo para a habilitação da empresa e que o questionamento acerca do cartão de CNPJ (e, conseqüentemente, das atividades econômicas e sua respectiva classificação nacional – CNAE) é reconhecida pela jurisprudência como uma maneira de ferir o caráter competitivo do certame.

DA ANÁLISE DO RECURSO

Em primeiro lugar, devemos entender que o CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) é o instrumento de padronização nacional dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do País.

Há que se destacar que o CNAE não prevalece sobre o objeto social da empresa para fins de determinação da atividade econômica por ela exercida. A própria Receita Federal do Brasil entende que o objeto social prevalece sobre o código da CNAE:

*“EMENTA: SIMPLES NACIONAL. OPÇÃO. INDEFERIMENTO. ATIVIDADE VEDADA. PREVALÊNCIA DO OBJETO SOCIAL SOBRE O CÓDIGO DA CNAE. **O objeto social, para efeito de certificação da atividade econômica explorada, prevalece sobre o código da CNAE.** É insubsistente o Termo de Indeferimento de Opção pelo Simples Nacional apoiado numa suposta base fática anunciada neste último, quando o objeto social aponta para outra realidade.” [Acórdão nº 10-44919, de 09 de julho de 2013](#)*

No mesmo sentido, o Tribunal de Contas da União (TCU), no acórdão 1203/2011, se manifestou entendendo não ser possível a aferição da compatibilidade dos serviços a serem contratados com base unicamente no cadastro de atividades da Receita Federal:

Acórdão 1203/2011 – A aferição da compatibilidade dos serviços a serem contratados pela Administração Pública com base unicamente nos dados da empresa licitante que constam no cadastro de atividades da Receita Federal não encontra previsão legal.

Sendo assim, será considerado para a análise do presente recurso, apenas o objeto constante no contrato social da recorrida, e não os dados de seu código da CNAE.

DA VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

O edital trata do assunto no capítulo DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO – Capítulo 03. Assim vejamos:

3.4. Não poderão participar deste PREGÃO:

(...)

*“(g) Empresa cujo **objeto social não** seja **pertinente e compatível com o objeto deste PREGÃO.**”*

Em estrita observância do teor do Edital, corolário do princípio da vinculação ao Edital, verifica-se que apenas é vedada a contratação de empresas cujo objeto social seja INCOMPATÍVEL com o objeto da licitação.

Conclusivamente, apenas devem haver inabilitação de empresas cujo ramo de atividade seja completamente distinto, **incompatível** com o objeto da licitação.

Examinando-se o contrato social da empresa BOSSA TURISMO, EVENTOS E COMUNICACAO CORPORATIVA EIRELI verifica-se constar expressamente, dentre as atividades que integram o objeto social “*criação, organização, produção e promoção de eventos, tais como: feiras, congressos e exposições comerciais e profissionais*”.

Ora, uma empresa que produz um evento como um congresso, com todas as suas especificidades, possui, a princípio, capacidade para fornecer um profissional que opere uma mesa de som, já que esta função é apenas uma das atribuições esperadas de uma empresa organizadora de um evento.

Assim, o objeto constante no contrato social da empresa recorrida não pode ser considerado incompatível com o objeto desta licitação uma vez que, em tese, engloba atribuições menores como a contratação pretendida.

O fato de não estar expressamente consignado no contrato social o serviço de fornecimento de apoio administrativo na área de operação de sistemas de sonorização e comunicação audiovisual, não exclui a possibilidade de tal atividade estar contido em uma atividade de caráter mais genérico e abrangente, muito menos a capacidade da empresa recorrida para sua realização.

Nesse sentido, a demonstrar a experiência no fornecimento deste tipo de serviço, verifica-se que a recorrida possui três atestados de capacidade técnica, disponibilizados no sistema comprasnet, que comprovam a prestação dos serviços objeto desta licitação a diferentes clientes.

Nesse sentido o acórdão TCU 571/2006 – Plenário:

“Se uma empresa apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, não seria razoável exigir que ela tenha detalhado o seu objeto social a ponto de prever expressamente todas as subatividades complementares à atividade principal.”

E ainda, Marçal Justen Filho (*Comentários à Lei de licitações e Contratos Administrativos*. 16ª Ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 552.):

“o problema do objeto social compatível com a natureza da atividade prevista no contrato a ser firmado relaciona-se com qualificação técnica”. Dessa forma, “se uma pessoa jurídica apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, a ausência de previsão expressa desta mesma atividade em seu contrato social não pode ser empecilho a sua habilitação”

Desta forma, entende esta Pregoeira que o objeto social da empresa é compatível com o licitado e esta possui experiência na prestação dos serviços solicitados, de maneira que atende a todas as condições habilitatórias deste certame.

DA DECISÃO

Do exposto, das razões apresentadas e dos dispositivos legais supracitados, esta Pregoeira **CONHECE** o recurso apresentado pela empresa FACHINELI COMUNICACAO LTDA , **NEGANDO-LHE PROVIMENTO** quanto ao mérito, pugnando pela **CONTINUIDADE**

deste Pregão 09/2020.

Sendo assim, encaminho a presente decisão para que seja remetida à superior consideração da Direção-Geral para que acolha, caso entenda pertinente, a análise realizada por esta Pregoeira, determinando a continuidade do presente certame licitatório.

Após, solicito o retorno dos autos para divulgação da decisão e demais providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI, Pregoeiro**, em 27/03/2020, às 16:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0813520** e o código CRC **C5A1826E**.

0003219-74.2019.6.12.8000

0813520v1